



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIOS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

LUCIENE LOPES DE OLIVEIRA

**OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL
E A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO
SOCIAL ATUAL NA CIDADE DE PIANCÓ. PB.**

**ITAPORANGA_PB
2014.2**

LUCIENE LOPES DE OLIVEIRA

**OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL
E A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO
SOCIAL ATUAL NA CIDADE DE PIANCÓ. PB.**

TCC apresentado ao curso de graduação em
Administração Pública da Universidade Estadual da
Paraíba - UEPB como exigência para aprovação da
Graduação em Administração Pública. 2014.2

Orientador: Igor Martins

**ITAPORANGA_PB
2014.2**

O48d Oliveira, Luciene Lopes de
Os Desafios da gestão pública no legislativo municipal e a inserção da participação popular no contexto social atual na cidade de Piancó-PB [manuscrito] / Luciene Lopes de Oliveira. - 2014.
41 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Igor Martins, Secretaria de Educação à Distância".

1. Gestão Pública. 2. Legislativo Municipal. 3. Participação Popular. I. Título.

21. ed. CDD 351

LUCIENE LOPES DE OLIVEIRA

**OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL
E A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO
SOCIAL ATUAL NA CIDADE DE PIANCÓ. PB.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao Curso de Administração Pública,
modalidade de ensino a distância, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção
do título de Bacharel em Administração Pública,
Linha de Formação Específica (LFE) III - Gestão
Municipal, semestre 2014.2

Aprovada em: 06/12/2014.

Nota: **100**

BANCA EXAMINADORA



PROF. MSC. IGOR MARTINS

Prof. Me. Igor Martins (orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



Prof. Dr. Allan Carlos Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



Prof. Dr. Filipe Reis Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me capacitar durante a caminhada do dia a dia, me instruindo para que eu, pudesse alcançar os meus ideais, e completar esta etapa que ele escolheu para minha vida. Agora muito feliz, por ter chegado, ao degrau almejado, e prometendo honrar a profissão, que ora me espera a atuar, pretendo não agir sem esquecer, onde comecei me refiro, a ser uma pessoa dedicada, simples no trato profissional, não deixando a desejar, desde já minha grata dedicação, a esta pesquisa que é voltada para o dono do conhecimento, eu devolvo a ele, esta tão grande conquista, Deus a ti agradeço, o que escolheste para mim, cumprirei com dedicação.

A minha família, representada na pessoa da minha mãe Rita Oliveira, meu pai in memoriam (José Lopes de Souza). Agradeço o apoio, e encorajamento dos meus irmãos Manoel Messias, Derli Lopes, das minhas irmãs Sueli Lopes, Marilene Lopes, Fátima Lopes, aos meus sobrinhos: Bruno Vinícius, Eduarda Emanuelle e Victor Emanuel.

Ao meu orientador o professor Me. Igor Martins por compartilhar comigo seus conhecimentos nesta construção, tão importante na minha formação acadêmica. A ele, o meu muito obrigado, por partilhar do seu precioso tempo, e da sua confiança motivando-me, a seguir em frente. Aos membros da banca examinadora de 2014.2, através do professor. Dr. Allan Carlos Alves, e do Professor. Dr. Felipe Reis Melo, por terem colaborado para o êxito desta construção tão significativa.

A todos os professores, tutores da equipe da UEPB, que compartilharam seus conhecimentos comigo, a coordenadora Jacqueline, e as demais pessoas que estiveram fazendo parte deste processo de crescimento. Ao pólo da cidade de ITAPORANGA-PB, e as demais colegas do curso de administração pública. Em especial ao meu tutor Francisco Raimundo, que ao longo do curso foi essencial, especial as suas dicas, a sua colaboração e apoio quando mais precisei, pude contar com o seu tão grande apoio. Não poderia deixar sua motivação, a mim esquecida, quero deixar aqui registrado, a sua importância na minha vida, durante toda a graduação.

DEDICATÓRIA

A Deus, por sua infinita misericórdia, aos meus pais e família que amo, pois em mim acreditaram, sacrificando seus sonhos em favor dos meus. Dedico este trabalho em agradecimento a tudo que dispuseram fazer por mim, pois se consegui chegar até aqui sua ajuda foi tão significativa a ti a minha gratidão e profundo amor. Por ter me dado coragem e sabedoria para prosseguir sem abandonar a vontade de crescer em meio a tantos desafios, posso te garantir que foram muitos os desafios, no entanto, só pude alcançar degraus mais altos por não ter desistido. A minha família minha mãe, meus irmãos, irmãs e sobrinhos, e sobrinha que agüentaram a minha ausência em diversos momentos desta caminhada, tão desafiadora, que tanto me envolvi e quis dar o meu melhor, e sem sombras de dúvidas, estou agora me sentindo vitoriosa mais minhas vitórias merecem apontar aqueles e aquelas que de forma direta e indireta estiveram nesta caminhada comigo.

EPÍGRAFE

“Obstáculos são aquelas coisas assustadoras que vemos quando desviamos o foco do nosso objetivo”.

(Henry Ford).

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica objetiva analisar os desafios da gestão pública atual e do legislativo municipal, quanto a sua: Ética e transparência e participação popular. Esta pesquisa bibliográfica contará com os procedimentos metodológicos de levantamento de dados bibliográficos, optou-se por o caminho de materiais já publicados, buscando responder aos porquês, desta pesquisa bibliográfica através de livros, sites, revistas, entre outros, acerca deste tema que me despertou por ser atual e de interesse público, e coletivo esta revisão foi fundamentada por autores que trouxeram embasamento para dar mais credibilidade, a esta construção temática. A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se com uma introdução, fundamentação teórica, e considerações finais. Ainda espera-se que esta pesquisa bibliográfica possa contribuir para enriquecer os conhecimentos acadêmicos dos futuros administradores. Por fim, a pesquisa bibliográfica trouxe sugestões e propostas relevantes, a respeito da gestão pública, como informações úteis e mais conscientização para a população, além de analisar a importância da participação popular frente aos desafios do legislativo municipal na sociedade atual.

Palavra-chave: Gestão Pública, Legislativo Municipal, Participação Popular.

ABSTRACT

This literature review aims to analyze the challenges of the current governance and the municipal legislature, as its: Ethics and transparency and popular participation. This literature review will include the methodological procedures lifting bibliographic data, we chose the path of material already published, seeking to respond to the whys of this literature through books, websites, magazines, among others, on the subject that made me to be present and of public interest, and this collective review was supported by authors who brought basis to give more credibility to this thematic construction. The literature review was developed with an introduction, theoretical foundation, and closing remarks. Although it is expected that this literature can contribute to enrich the academic knowledge of future managers. Finally, the literature brought relevant suggestions and proposals concerning the public administration, as useful information and more awareness of the population, and analyzing the importance of popular participation forward to the challenges of municipal legislative in today's society.

Keyword: Public Management, Municipal Legislature, Popular Participation.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Caracterizar a Gestão Pública.....	13
2.2 Historicidade e Caracterização do Legislativo Municipal.....	16
2.3 As Descrições das Atividades do Legislativo.....	17
3.0 A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	19
4.0 METODOLOGIA.....	27
4.1 Tipo de Pesquisa.....	27
4.2 Ambiente da Pesquisa.....	29
4.3 Coleta e Análise dos Dados.....	29
4.4 As Análises das Funções do Legislativo Municipal.....	30/33
5.0 OS RESULTADOS.....	34
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35/37
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38/40

1.INTRODUÇÃO

Esta pesquisa bibliográfica tem como finalidade compreender os desafios da gestão pública, e os desafios do legislativo municipal na cidade de PIANCÓ/PB. O tema foi despertado por ser atual, e bastante discutido e ainda relatará acerca da participação ativa da população, mostrando os avanços no processo da gestão pública e na política, e ainda quais os desafios enfrentados pelo poder legislativo, e como tem acontecido este processo, e quais as soluções que esta pesquisa bibliográfica poderá trazer através dos objetivos discutidos nesta pesquisa.

Entretanto, a pesquisa bibliográfica mostrará mais detalhadamente este tema, como os gestores têm enfrentado o ato de administrar de forma onde a população, possa participar e fiscalizar. Finalmente, esta pesquisa retratará o papel da atualidade, mais especificamente na municipalidade, onde a gestão pública, e os governos resolveram se organizar, para uma administração pública eficiente, onde o objetivo é fazer com que as pessoas, tenham uma administração voltada para atender as necessidades da população. Tendo então, os gestores um jeito novo de pautarem as suas administrações, dentro do respeito e da ética, uma administração feita com qualidade ela insere a participação da população visando maximizar políticas em prol de todos.

A presente pesquisa contribuiu, para fazer com fazer com que a população possa ter mais consciência, dos seus papéis na da administração pública atual, e como os gestores estão focados no social, a população hoje cobra, participa e faz uma administração sabendo que o povo pode sim, aprovar ou não. Contudo, é importante, destacar que o povo é convidado a participar da administração pública de, tanto na forma de escolher, quanto na forma de avaliar os gestores. As administrações todas usam destas sistemáticas, para que haja envolvimento por parte da população, e que haja qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos.

Em último momento, escolhi abordar a problemática dos desafios, da gestão pública municipal, e o com o compromisso dos gestores, versos participação e a fiscalização da sociedade mais ativa e participativa na municipalização, a participação é essencial. Delineando mais na gestão da administração pública e do poder legislativo municipal da cidade de PIANCÓ-PB.

Em síntese, a mesma objetivou aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas estudadas, e no estágio supervisionado in loco, e observações feitas, bem como confrontá-los com a prática propriamente dita, buscando firmar que seja significativa. Encontra-se descrito também, nesta pesquisa as observações, não só do processo de ensino e aprendizagem, mais das aulas práticas, como também, do ambiente de trabalho dos profissionais da administração pública, no legislativo. Dentro desse pressuposto, procurou-se, conviver e observar uma forma de direcionar a prática, como uma ação sustentada em fundamentos que englobam uma linha efetividade com eficácia e participação popular, dentro da política e no legislativo municipal.

Portanto, a pesquisa bibliográfica pontuará sobre a temática da gestão pública, e dos desafios do legislativo, ainda destacará que, para tanto, a mesma precisa de objetivos gerais e específicos colocados em prática para poder de fato, ver os resultados de uma gestão pública, eficiente participativa relacionado a população e aquilo em que os mesmos, desejam que o legislativo possa criar para melhoria social.

OBJETIVO GERAL

- Compreender os desafios encontrados na atuação do legislativo municipal, analisando a importância de uma administração eficiente, ética e transparente, com a inserção da participação popular frente à sociedade atual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a gestão pública, identificando sua historicidade dentro do contexto social na atualidade;
- Mostrar historicidade e atuação do legislativo municipal, e do seu funcionamento;
- Apontar a importância do legislativo municipal, e das suas estratégias de enfrentamentos;
- Debater os mecanismos e impactos do legislativo municipal, analisando da trajetória da participação popular da ética, da transparência na administração pública na sociedade atual.

Considerando que é de grande relevância debater tal assunto, para o enfrentamento destas questões na atualidade. Faz-se necessário compreender estas questões, e dar ênfase, a este assunto importante para nossa sociedade, e também pós constituição de 1988, que se destaca no seu contexto em geral, por garantir mais direitos à população. O que a gestão pública representa e os principais desafios e oportunidades relacionadas a partir da constituição de (1988), sua lei e as normativas.

Contudo, é importante pontuar a postura dos representantes desta população, saber ouvir as expressões e os movimentos sociais agirem em relação à postura do legislativo no contexto da atualidade, se isto, tem trazido desenvolvimento, e se isto só basta no enfrentamento destes problemas. E como a sociedade reflete a estas questões, as demandas crescentes da população são ouvidas através dos movimentos sociais, a voz popular participa deste processo ativamente, já que é o povo, está mais participativo, fiscalizando mais, cobrando mais transparência. Este processo social engloba toda a participação popular na sociedade atual.

Para Rodrigues (2005), a pesquisa bibliográfica, é quando partem de materiais já publicados, constituído principalmente de livros, artigos periódicos e atualmente de material disponibilizados na internet. Dependendo da pesquisa, percebe-se que muitas são desenvolvidas quase que exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, tais como: Livros de leitura, enciclopédias, sites, impressos diversos, e publicações periódicas revistas e jornais entre outros.

Sendo a pesquisa bibliográfica, necessária para relatar estudos e as suas historicidades dos fatos abordados, somente os dados bibliográficos apontam tais relatos mais especificamente. Esta pesquisa bibliográfica buscará responder aos porquês, e como a mesma foi trabalhada. Por fim, toda esta temática estará à disposição da sociedade por causa, da constituição federal. Ainda destacará sugestões que buscará de construir uma sociedade mais igualitária, no contexto, onde a população conheça seus direitos e tenha cidadania assegurada, através das leis. São mudanças planejadas, na expectativa de atender melhor a população. Portanto, toda esta temática a ser tratada está inserida dentro do contexto do instrumental dos administradores público, visando desenvolver um trabalho, ético e transparente, dentro da legalidade, para o bem coletivo da sociedade, sendo um marco no legislativo municipal direcionada, para garantir os direitos dos cidadãos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Caracterizando a Gestão Pública

As ações de desenvolvimentos, na gestão pública são notáveis quando analisamos pela forma ética em que os gestores, administram. Tudo isto, é levado em conta e estudado, pelo o processo atual, que vivemos na sociedade. Agindo desta forma, portanto, os desafios serão controlados e organizados.

Por sua vez, precisamos construir uma administração ética clara. Onde haja superação e soluções rápidas, o que eu posso considerar é que pelos resultados, que saberemos se a gestão está aprovada, pelo o povo ou reprovada. De acordo, com o tema falado e exposto aqui, o desenvolvimento de uma administração está inserida com a participação da população quanto, aos seus direitos civis e sociais, na atualidade como liberdade de expressão, religião e movimentação, condições de saúde, educação, trabalho, condições de vida e de assistências em situações de risco social, estão assegurados na constituição federal de 1988.

Nesse sentido, as organizações públicas devem estimular a participação efetiva do cidadão na avaliação dos serviços oferecidos, criando canais de comunicação para que ele possa reclamar quando não estiver satisfeito com os serviços prestados e sugerir melhorias para a administração de qualidade, com mais compromisso social.

A gestão pública, também serve para o município porque é o sistema que assegura às partes interessadas pertinentes, o governo estratégico das organizações públicas e o efetivo monitoramento da alta administração. A relação entre a coisa pública e a gestão se dá por meio de práticas de medição, tais como: Auditorias independentes; Com unidades de avaliação; unidades de controle interno e externo; instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A governança pública assegura as interessadas: equidade; transparência e responsabilidade pelos resultados; com obediência aos princípios constitucionais e as políticas.

A atuação das diversas partes interessadas e com a capacidade, especialmente dos integrantes do sistema de liderança, de exercer a sua autoridade política de forma a garantir o alcance dos objetivos institucionais e o atendimento ao interesse público. Um aspecto importante da governabilidade de uma organização,

em um contexto ascendente de participação democrática da sociedade nos assuntos de estado é a capacidade institucional em equilibrar os interesses específicos dos seus usuários diretos com o interesse público geral, assim como com os interesses dos demais atores políticos interessados em sua atuação.

A administração pública é o conjunto das entidades que compõem o estado, voltadas para a prestação de serviços públicos e o atendimento das necessidades dos cidadãos e da coletividade. É constituída da administração direta e da administração indireta, esta formada por autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e organizações sociais. É subdividida em poderes executivo, judiciário e legislativo, e em esferas federal, estadual e municipal.

A evolução da administração pública atual sinaliza que o momento é crucial para investir cada vez mais na excelência em gestão. Um dos grandes desafios é a proposição de iniciativas inovadoras que orientem a ação da municipalização para resultados, tendo como foco as ações direcionadas para os cidadãos.

Conforme Barzelay (2005) e Vergara (2007b) preconizam, a conscientização do papel do setor público é essencial para a gestão no setor. Nesse sentido, trataremos aqui da iniciativa atual de gestão pública que traz características de modernidade para o setor, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização gestão pública.

O governo que criou a gestão pública, em 2005, ligada ao ministério de planejamento, orçamento e gestão, a ele associando os diversos programas e os prêmios de qualidade e de gestão existentes e colocando-o no patamar de uma política pública federativa de gestão, sem perder de vista a questão da cultura e dos valores.

De acordo com Lima (2007, p. 51), a Gestão pública é um “[...] modelo de gestão cujo propósito é contribuir para a qualidade dos serviços e para a geração de ganhos sociais.”, tendo por princípio básico ser excelente sem deixar de ser público.

De acordo com Lima (2007, p. 55–57), cada um desses princípios tem seus significados. Vejamos: Excelência dirigida ao cidadão: dá sentido e direção aos princípios constitucionais da administração pública determinado no artigo 37 da constituição federal (BRASIL, 1988).

Ainda estabelece-se a atenção prioritária aos cidadãos sobre suas formas de representação. Desta forma cabe destacar a: Legalidade: os órgãos e as entidades públicas devem obediência estrita à lei. Moralidade: a gestão pública deve pautar-se num código moral de aceitação pública. Impessoalidade: não admite tratamentos diferenciados, sendo todos exigidos e atendidos da mesma maneira. Publicidade: todos os atos e os fatos da administração pública. Que precisa ser feita com a mais precisa transparência, e ética, honestidade e compromisso com a população, que é que faz o sucesso da administração pública.

Dessa forma, é preciso ressaltar que: Os nossos gestores buscam uma boa equipe de trabalho bem capacitada, e a população, com suas opiniões e participação, que é a chave para se perceber como se atingir a excelência numa administração pública, é administrar de forma transparente. A população é convidada a interagir juntamente com os gestores, estes têm a obrigação de gerenciar bem, sempre dando satisfação ao povo, qual a finalidade dos recursos para onde eles foram? É de suma importância o relacionamento entre povo e os gestores na gestão pública.

Portanto, esta fundamentação teórica mostrou como é a gestão pública da atualidade é democrática e mais especificamente busca de melhorias para o social, juntamente com a população as soluções, para tais desafios, são necessidades a serem trabalhados, por a gestão pública, os gestores precisam estar conscientes de administrarem de forma acertada, com mais compromisso e promovendo para população os meios legais, para desfazerem os erros do passado, esta cidadania ativa veio depois da ampliação de que o povo deve está inserido na administração pública dos municípios, sendo esta análise essencial para acontecer à transparência e o crescimento, haja vista, percebe-se que a mesma: Afirmando que o maior desafio na atualidade é administrar para o povo, muitos municípios ainda não conseguiram se endireitarem, mais a população hoje cobra mais, fiscaliza, conhecem seus direitos e lutam junto aos gestores para que haja transparência para a população em geral.

2.2 Historicidade e Caracterização do Legislativo

Neste tópico será apresentada a historicidade do legislativo municipal que constará os seguintes itens nesta caracterização:

O perfil desta organização institucional tem função fiscalizadora, que tem por objetivo o exercício do controle da administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e do julgamento das contas apresentadas pelo legislativo municipal. O controle externo da câmara municipal é exercido com o auxílio do tribunal de contas do estado.

Cabe destacar a principal função do poder legislativo é a elaboração das leis, ao lado de exercer outras tarefas constitucionais, como a apresentação pública de assuntos de interesse dos cidadãos, o debate sobre reivindicações de modo a agregá-las sob o interesse geral e a fiscalização política dos atos do poder executivo.

A câmara exerce ainda uma competência judicial de natureza especial: A de participar do julgamento do executivo e secretários municipais nos crimes de responsabilidade fiscal. A Câmara centraliza o processo legislativo no município; Representa a vontade da população; Participa do controle sobre os outros poderes; E promove a difusão da educação política na sociedade.

Outras funções do poder legislativo municipal são fiscalizar e controlar os atos do poder executivo; funções administrativas internas de organização de seus serviços e uma função política adicional: e a de representar a população em suas queixas e reivindicações, operando como uma ouvidoria geral da sociedade.

Cabe destacar ainda a sua denominação social: A câmara municipal possui três funções básicas que são: A primeira é a função legislativa, que consiste na elaboração das leis sobre as matérias de competência exclusiva do município.

Nome fantasia: A câmara casa padre Manoel Otaviano- também tem funções administrativas, restritas apenas à sua organização interna, ou seja, sua estrutura de funcionamento, seu quadro de pessoal, serviços auxiliares e, principalmente, no que se refere à elaboração de seu regimento interno. Endereço: Rua Antônio Brasilino, Centro-Piancó - PB. A inda possui estes serviços oferecidos: Comprometimento; confiança; credibilidade; espírito de equipe; ética; foco no cliente; honestidade; respeito; transparência. Área de atuação: A cidade de PIANCÓ-PB.

- Missão: Legislar, fiscalizar e prestar serviços públicos, com ética, respeito, eficiência e transparência, de forma integrada, visando à melhoria da qualidade de vida da população. Representar e incentivar o cidadão na construção e controle de ações políticas, sociais e econômicas, consolidando um modelo democrático no município de Piancó.
- Visão: A câmara municipal é modelo de excelência na gestão política, administrativa e de pessoal e contribui para o exercício da cidadania no município. Além de Ser referência em legislação, fiscalização e gestão no âmbito municipal.
- História da Empresa: Sua sede atual passou a ser denominada casa padre Manoel Otaviano, á Rua Antônio Brasilino, centro da Cidade de PIANCÓ/PB.

2.3 Descrições das Atividades do Legislativo Municipal

- Fornecer suporte administrativo a instituição, participar do processo de planejamento, coordenação e execução e acompanhamento, avaliar as rotinas;
- Garantir a otimização, e a eficácia e maior agilidade nos trabalhos;
- Auxiliar na análise da redação de atas e promover a organização, desenvolver atividades, e solenidades e eventos promovidos pela câmara municipal;
- Contribuir para a eficácia e efetivo funcionamento das responsabilidades, além de assessorar o presidente da câmara e de cada comissão;
- Planejar e apresentar relatórios das atividades desenvolvidas á coordenação das comissões, apresentar estudo técnico as proposições de sua área temática, elaborando projetos e outros documentos solicitados pelas comissões;
- Prover e fornecer informações técnicas e apoio;
- Criar e propor eventos sobre temática;
- Elaborar atas e redigir documentos na área legislativa;
- Colaborar sempre que solicitada, com o processo de elaboração de emendas e pareceres entre outros afazeres desta instituição legislativa, para o bom funcionamento e prática de atuação.

Portanto, as experiências adquiridas na prática foram proporcionadas através dos meus estágios na câmara municipal, elas são amplas para o conhecimento, no

tocante a construção profissional, que complementa a formação acadêmica e confere subsídios para uma atuação efetivamente democrática e transformadora, uma vez que é no estágio, que percebe-se a oportunidade de ter um pouco a mais de conhecimento, quando se coloca em prática a teoria estudada vejamos:

O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente. (BURIOLLA, 2001, p.13).

Por fim, considerando a importância do estágio supervisionado, como um instrumento de sistematização no processo da reflexão e da avaliação das vivências na prática dos profissionais dos gestores públicos, no seu fazer técnico. Para esta etapa do estágio, in loco foi preciso trabalhar ações de planejamentos, visando conhecer como os gestores municipais, atuam perante o legislativo, com as intervenções, quando solicitada, para realizar algumas atividades planejadas.

Percebe-se que esta pesquisa procurou entrelaçar os pontos mais relevantes, desde a sua idéia inicial, e a partir do momento dos objetivos propostos já citados, e das necessidades levantadas no estágio, visando construir com estes dados bibliográficos, uma pesquisa acadêmica que preencha a lacuna aberta, muitos não conseguem enumerar os desafios vividos no âmbito municipal haja vista, é preciso se planejar, trabalhar de forma honesta, ética e transparente, nada disso acontece se estes desafios não forem superados, todos precisam participar por ser tão relevante para a sociedade.

Para tanto, estes avanços ocorreram graças à constituição de 1988 consagrou, entre seus princípios fundamentais, a participação popular na gestão pública como direito à dignidade da pessoa humana, determinando que o regime político no Brasil seja não apenas representativo, mas, também participativo (MONTORO, 1999, p.17).

Contudo, o princípio da participação popular previsto em nosso ordenamento tem sido interpretado de várias maneiras pelos diversos atores sociais, seja através de estratégias de manipulação da opinião pública populismo, seja para negar qualquer condição de institucionalidade à participação popular. Vejamos algumas dessas posições para ao final apresentar nossa concepção de participação popular.

As formas de participação popular podem ser classificadas com base em diversos critérios.

Ferrier *apud* Dallari, 1996, p.13-51, adota o sistema correlativo às formas de exercício da democracia, e as divide em: Participação ideológica é a participação mediata, visto que entre o administrado e a administração pública há um representante eleito que agirá em nome dos cidadãos perante o poder público.

3.0 A PARTICIPAÇÃO POPULAR ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

O despertar da sociedade civil e a participação ativa de seus setores no planejamento de desenvolvimento da sociedade constituem fenômenos marcantes da história atual. A substituição das antigas formas paternalistas, autoritárias e clientelistas pelas práticas e processos democráticos, em que o cidadão passa a atuar fiscalizar e tomar iniciativas, através de comunidades, grupos de múltipla atuação e movimentos sociais, passa a ser uma exigência àquelas sociedades que querem se considerar verdadeiramente democráticas, isto é, a substituição do paternalismo pela participação é um imperativo da moderna política social.

Entretanto, ser cidadão não se trata apenas de receber os benefícios do progresso, mas de tomar parte nas decisões e no esforço para sua realização. Em lugar de ser tratado como objeto das atenções paternalistas dos donos do poder, o cidadão passa a ser reconhecido como sujeito histórico e protagonista no processo de desenvolvimento. Trata-se de uma exigência decorrente da natureza inteligente e responsável da pessoa humana. Na medida em que se queira respeitar a dignidade da pessoa humana, é preciso assegurar-lhe o direito de participar ativamente na solução dos problemas que lhe dizem respeito.

Dessa maneira, percebe-se que a constituição de 1988 consagrou, entre seus princípios fundamentais, a participação popular na gestão pública como direito à dignidade da pessoa humana, determinando que o regime político no Brasil seja não apenas representativo, mas, também participativo (MONTORO, 1999, p.17).

Contudo, o princípio da participação popular previsto em nosso ordenamento tem sido interpretado de várias maneiras pelos diversos atores sociais, seja através de estratégias de manipulação da opinião pública populismo, seja para negar qualquer condição de institucionalidade à participação popular. Vejamos algumas dessas posições para ao final apresentar nossa concepção de participação popular.

As formas de participação popular podem ser classificadas com base em diversos critérios.

Ferrier *apud* Dallari, 1996, p.13-51, adota o sistema correlativo às formas de exercício da democracia, e as divide em: Participação ideológica é a participação mediata, visto que entre o administrado e a administração pública há um representante eleito que agirá em nome dos cidadãos perante o poder público.

Dessa forma, a população participa representada pelos parlamentares eleitos; participação psicológica ocorre normalmente em nível local municipal, onde a distância entre os cidadãos e o poder público é muito menor. Com isso, o particular tem maiores possibilidades e oportunidades, de influenciar nas decisões da administração municipal e de pressionar para que elas sejam colocadas em prática.

Por essa razão, é importante mostrar que a descentralização e a autonomia municipal são de fundamental importância para a efetivação da participação popular. De forma não institucionalizada, o cidadão tem um maior poder de influência junto à administração da cidade na participação direta. Nesse caso, não existe entre a administração e o cidadão um intermediário. Os indivíduos, grupos ou associações representativas, interferirá na elaboração das leis, nas decisões administrativas e na gestão de bens e serviços públicos. Aqui, a participação da população na gestão do município ocorre de forma institucionalizada e concreta, através de mecanismos legais.

Ainda argumenta a professora Maria Silvia Zanella Di Pietro divide as formas de participação popular em duas grandes modalidades: formas de participação direta, como, por exemplo, a iniciativa popular legislativa, o referendo, o plebiscito; e formas de participação indireta, como a participação por meio de ouvidor, ou através da atuação em conselhos. Outro critério de classificação corresponde às possibilidades de participação democrática dentro de cada um dos poderes do

estado definidos por Montesquieu (DI PIETRO apud ROCHA, 2001a: 134).

Com base nesse critério, pode-se conceber, uma estrutura como a que se segue: *poder legislativo*: a consulta prévia, as audiências públicas, iniciativa popular, plebiscito ou referendo; *poder executivo*: conselhos de gestão, direito de petição, ouvidor (*ombudsman*); *poder judiciário*: ação popular, representação do ministério público e ação civil pública.

Ainda argumenta Maurizio Cotta (*apud* TEIXEIRA, 1998, p. 216), propõe quatro distinções que englobam as várias formas de participação concebidas, ou de alguma forma exercitadas, em alguns regimes políticos. A primeira, entendida na dicotomia participação indireta no sentido amplo e participação direta no sentido estrito. A participação indireta abarca todas as manifestações do cidadão no sentido da incorporação ao sistema político, desde os atos eleitorais até ações que visam a definir orientações políticas dos órgãos de poder ou de controlá-los através de mecanismos de intermediação.

A participação direta envolve a ação direta, sem intermediação, nas várias instâncias de decisão. A segunda visão é tida como alternativa à crise do sistema representativo, principalmente por movimentos de caráter comunitarista, de base localista, que investem na virtude cívica dos cidadãos, minimiza a complexidade e diferenciação da sociedade contemporânea e propugnam o autogoverno como solução para todos os males.

Segundo a Cotta (*apud* TEIXEIRA, 1998, p. 216), diz respeito à participação orientada à decisão e à participação orientada à expressão; a primeira caracteriza-se pela intervenção de forma organizada no processo decisório e tem sido enfatizada, até pelos seus críticos, como elemento fundamental e definidor do conceito. A segunda, voltada para a expressão, ainda que possa apresentar impacto ou influência no processo decisório, tem o caráter, mais simbólico, de marcar presença na cena política e não é muito estudada pela ciência política.

De acordo com Lima (1983, p. 21-39), a participação popular pode ser vista por dois enfoques básicos: o enfoque funcionalista e o histórico cultural. Do ponto de vista funcionalista, a participação da população seria considerada um meio de se obter apoio para programas oficiais de desenvolvimento social, uma vez que sem

esta o programa não poderia se concretizar; ou um meio de se aproveitar melhor os próprios recursos da população. A partir desta abordagem, a participação é explicada pelas características culturais e sociais de indivíduo e grupos, que superariam a defasagem de participação através da organização e mobilização em programas de desenvolvimento, através da mudança de valores tradicionais para valores urbanos e modernos.

Nesta concepção, problemas sociais como saúde, emprego, moradia etc., são vistos como decorrentes da falta de integração da população à sociedade, por razões de ordem cultural como a ignorância, atraso, apatia etc., que devem ser superados com a introdução de programas sociais que incentivem a participação da população através da introdução de valores modernos e de tecnologia. O enfoque histórico-estrutural da participação popular privilegia a noção de estrutura econômica, política e ideológica nas formações sociais concretas, procurando, nas diferentes etapas históricas, as causas que geram a marginalidade e a participação.

As relações de produção, assim como suas expressões ideológicas e políticas, são vistas como fundamentais para explicar as formas de participação social e cultural.

Para Dallari (1996, p.80), ao falarmos em participação popular nas políticas públicas, devemos diferenciar a participação real da participação formal. A participação formal é a prática de formalidades que só afetam aspectos secundários do processo político. A participação real é aquela que influi de algum modo nas decisões políticas fundamentais.

Dessa maneira, é preciso lembrar que o Brasil, nos anos 80, é justamente a idéia de que esse controle seja feito pela sociedade através da presença e da ação organizada de seus segmentos. O processo de democratização trouxe à cena novos atores e questões na esfera das relações do estado e da sociedade. Do lado da sociedade, torna-se visível a presença de uma diversidade de atores. Do lado do estado, vai-se firmando sua dimensão de espaço de representação e pactuação. O processo de participação deixa de ser restrito aos setores sociais excluídos pelo sistema e pretende dar conta das relações entre o estado e o conjunto de indivíduos e grupos sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania, disputando com igual legitimidade espaço e atendimento pelo poder estatal.

Assim argumenta o sociólogo basco Jordi Borja (*apud* SOARES, 1996, p. 31-39), referindo-se a esta questão, afirma a necessidade de uma tripla credibilidade do estado democrático, honesto, eficaz, envolvendo representação em todos os níveis, descentralização, transparência nos seus gastos e abertura de diálogo. Considera o autor que a participação é antes um problema do Estado e de seu governo do que da sociedade.

Borja (*apud* SOARES, 1996, p. 31-39), analisando a crise do Estado europeu a partir dos anos 60/70, caracterizada pelo alargamento crescente do distanciamento entre representantes e representados, passa a afirmar que o grande desafio da esquerda seria o de reformar o Estado atual, no sentido da descentralização e da participação cidadã. Considerando que os parlamentares não dão mais conta de toda a diversidade presente nas sociedades contemporâneas o centro da crise situa-se na equação entre o aumento da expectativa em relação à plena cidadania e os mecanismos de decisão dominantes nas agências públicas.

A expressão "participação popular" foi, também, muito usada para descrever a ação desenvolvida pelos movimentos populares, sobretudo os urbanos, nas últimas décadas, em grande parte de caráter reivindicativo, ou de protesto. Esta visão colocava-se como anti estado embora tivesse o Estado como alvo de suas reivindicações, e a política concebida como ação apenas no cotidiano, sem nenhuma relação com o institucional. A reflexão teórica é substituída pela troca de experiências, com a idealização do saber popular (TEIXEIRA; CARVALHO, 1996, 61-70).

Por outro lado, a expressão foi concebida com evidente sentido ideológico, em termos de privilegiar os segmentos sociais mais explorados principalmente urbanos, em detrimento de setores sociais definidos fora do campo popular. (DANIEL, 1996: p.21-26).

Contudo, a expressão também foi utilizada por governos e organismos internacionais para envolver segmentos dominados da população em projetos e políticas governamentais, inclusive como estratégia de cobrir insuficiência de recursos, além de objetivos de manipulação ideológica, pretendendo conferir legitimidade a governos, ou mesmo na estratégia de privatizar certas atribuições até então conferidas ao Estado.

Assim argumenta Rocha (2001a), propôs a construção de um quadro teórico que agrupe as diversas concepções sobre participação popular em três categorias básicas de análise histórico-teórica das formas de representatividade da participação popular na gestão pública, a seguir resumida, pretendendo, com isto, estabelecer as bases para reflexão sobre o tema:

Participação popular comunitária: a idéia da participação comunitária apareceu no início deste século, representando um novo padrão de relação Estado sociedade no setor da educação, para dar respostas ao grave problema da relação entre pobreza e educação. Caracterizou-se por dirigirem-se aos mais pobres, através das escolas comunitárias, por ressaltar os valores da educação, do trabalho e do coletivismo como caminhos do progresso.

Para estas concepções a comunidade era definida como social e culturalmente homogênea, com identidade própria e uma suposta predisposição à solidariedade e ao trabalho voluntário de auto-ajuda. O Estado, por sua vez, estimula em muitos casos, a capacidade de a comunidade unir-se, organizar-se, esforçar-se, enquanto solução em si mesma. A população deixa de ser alvo inerte de uma ação controladora e passa a ser chamada a cumprir um papel minimamente ativo e consciente.

- Participação popular contestatória: Nos anos 70, a participação passa a ter um sentido explícito de luta e contestação contra as limitações governamentais à tentativa de conquista da educação pelas classes populares. O espaço de participação ultrapassa os limites do setor de educação, alcança o conjunto da sociedade e do Estado e ocorre uma radicalização da prática ao se articular a mobilização dentro das instituições de educação, como as formas de luta, resistência e organização das classes populares. Para estas teorias, qualquer forma de aproximação com o estado è vista como cooptação e o sentido da participação é o de acumular forças para a batalha permanente pela mudança do modelo existente.
- Participação popular cidadã: E o controle social do Estado: o Estado democrático e de direito reconhecem a necessidade de defender a sociedade contra os eventuais excessos no funcionamento da máquina estatal, através da divisão de funções entre os poderes e de mecanismos recíprocos de controle, em nome da sociedade. A novidade nos anos 80 é justamente a idéia de que esse controle seja feito pela sociedade através da presença e da ação organizada de seus segmentos. O processo de abertura política e redemocratização do país trouxeram

à cena novos atores e orientou a ação para a criação de espaços públicos não-estatais de pactuação e superação dos obstáculos pelo diálogo e pelo consenso. A sociedade torna-se visível a presença de diversos atores sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania, disputando com igual legitimidade espaço e atendimento pelo poder estatal.

Neste caso, a categoria central deixa de ser a comunidade ou o povo e passa a ser a sociedade civil organizada, tendo sua base na universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, na ampliação da dimensão da cidadania e da democracia, e numa nova compreensão do caráter e do papel do Estado pós-moderno.

A construção destas categorias de análise nos permite ter uma melhor compreensão do marco referencial da participação de setores populares na definição das políticas públicas, revelando os estágios da reforma democrática do estado brasileiro, que parece ainda estar em curso.

A dimensão atual da participação popular difere das duas primeiras acima mencionadas:

Na verdade percebe-se se impõe a terceira concepção proposta, como sugere Telles (1994 p.15-24): "requalificar a participação popular nos termos de uma participação cidadã que interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem pública regida pelos critérios da equidade e justiça". Entendemos por participação cidadã, a formulação apresentada por Borja (*apud* SOARES, 1996, p. 31-39) e Teixeira (1998, p. 218), como sendo:

Portanto, o processo complexo e contraditório de relação entre sociedade civil, estado e mercado. Neste processo, os atores redefinem seus papéis no fortalecimento da sociedade civil, através da atuação organizada dos indivíduos, grupos, associações, tendo em vista, de um lado, a assunção de deveres e responsabilidades políticas e, do outro lado, a criação e exercício de direitos, no controle social do Estado e do mercado em função de parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos.

Nesta perspectiva, a participação cidadã diferencia-se da participação social e comunitária, na medida em que não busca realizar funções próprias do estado, como a prestação de serviços. Não se constitui, outro sim, na mera participação em grupos

ou associações para defesa de interesses específicos, ou simples expressão de identidades. Essa dimensão da participação popular, própria da sociedade civil, é a que garante o exercício da democracia para além dos espaços formais de poder e da representatividade eleitoral. Esta perspectiva leva em conta os interesses do conjunto da população, em especial dos excluídos e dos pobres, e tenta refletir uma visão abrangente e integrada do território, da sociedade e das questões do desenvolvimento e que se volta estrategicamente para o médio e o longo prazo.

Por fim, a participação social é vista como um processo capaz de gerar uma nova dinâmica de organização social, fomentando a intervenção da população nas políticas públicas. Não se esgota dentro do projeto, mas relaciona-se diretamente com questões amplas, tais como democratização, equidade social, cidadania e defesa dos direitos humanos. Neste sentido, requer a democratização do poder sobre o uso de recursos financeiros e sobre a definição e implementação de políticas públicas.

Percebe-se ainda que, o sucesso da atuação do legislativo, no que tange à consolidação da cidadania, está absolutamente condicionado à tarefa de reinventar a atuação estatal sob uma nova lógica de referência. Essa referência é a concepção inovadora de cidadania que põe como requisito essencial a participação dos cidadãos na gestão pública nos seus três níveis de atuação.

Contudo, o tema é importante para sociedade, pois tratou de forma clara tanto da nova gestão pública, ainda trouxe pontos relevantes a respeito dessas mudanças, uma vez que: Pós constituição muita coisa mudou na política e sociedade Brasileira.

Ainda foram destacadas sobre o legislativo sua caracterização e as suas funções, foram descrita as atividades desenvolvidas em experiências vivenciadas em estágio supervisionado in loco, dessa maneira trazendo um pouco da realidade legislativa na atualidade, onde a população está mais participativa, questionando para que sua voz seja assim ouvida.

4. METODOLOGIA

Metodologia é uma palavra derivada de “método”, do Latim “*methodus*” cujo significado é “caminho ou a via para a realização de algo”, método é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento. Metodologia é o campo em que se estudam os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento. É o caminho usado para se estudar o objeto.

4.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa bibliográfica se distingue de outra modalidade qualquer de pesquisa pelo método, pelas técnicas, por estar voltada para a realidade empírica e pela forma de comunicar os conhecimentos obtidos.

A metodologia escolhida foi à bibliográfica, onde os dados foram coletados nas bases dos sites e biblioteca virtual, entre outros utilizados os autores acerca do tema, além de teses, e livros coletados. A elaboração desta pesquisa implicou em leitura de levantamento de dados bibliográficos, aplicada com análise das informações obtidas que passaram a fazer parte do corpo deste trabalho. A pesquisa se deu a partir da leitura dos artigos onde se buscou identificar aqueles que apontavam para a relevância da importância dos desafios da gestão pública no legislativo municipal.

De acordo com Rodrigues (2005) a pesquisa bibliográfica, é quando partem de materiais já publicados, constituído principalmente de livros, artigos periódicos e atualmente de material disponibilizados na internet. Dependendo da pesquisa, percebe-se que muitas são desenvolvidas quase que exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, tais como: livros de leitura corrente, livros de referências dicionários, enciclopédias, impressos diversos, e publicações periódicas revistas e jornais etc.

Sendo a pesquisa bibliográfica necessária para relatar estudos e suas historicidades dos fatos abordados, somente os dados bibliográficos apontam tais relatos mais especificamente.

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvida, a forma de pesquisa mais realizadas por seus objetivos mais comuns são compreender e discutir a revisão da literatura sobre o tema de pesquisa (TACHIZAWA e MENDES, 2006). Isto ocorre basicamente por consulta e estudo de livros, artigos, trabalhos monográficos, jornais e enciclopédias. O estudante tem contato com este tipo de pesquisa desde os primeiros anos escolares (DEMO, 2000).

Esta pesquisa busca responder a pergunta de como foi trabalhada esta temática, a mesma objetiva fundamentar teoricamente, sobre quais desafios do legislativo municipal, enfrenta. Esta busca responder os porquês, a mesma delimita onde e como a forma, de que se deu a pesquisa, mostrando como o referencial teórico foi sendo construído á luz da literatura.

Ainda, quanto á sua forma de abordagem ela tem forma descritiva, com método indutivo, além de a pesquisa qualitativa ser complexa e ampla, e descreve, interpreta, possibilitar a narração dos elementos, das análises das idéias, além de gerar questões para pesquisa, descreve os significados, descreve e aponta as descobertas, e busca particularidades, e qualidades das informações e respostas para as perguntas.

Na maioria dos casos, as pesquisas aplicadas exigem e partem de estudos teóricos. Poucos são os casos de pesquisas que não estejam fundamentadas ou discutidas com base na literatura existente. A teoria não deve, portanto, ser considerada como aspecto restrito às pesquisas bibliográficas. Na sua estruturação mais comum, uma pesquisa aplicada apresenta:

- Fundamentação teórica;
- Metodologia de pesquisa;
- Análise e discussão dos dados.

Neste caso, a fundamentação teórica serve, entre outras possibilidades, de referencial para a análise dos dados, dados estes que foram coletados por meio de uma metodologia compatível com os objetivos de pesquisa e as características do objeto de estudo e do contexto de investigação (NUNAN, 1997).

De acordo com Barros e Lehfeld (2000, p. 78), a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com objetivo de “contribuir para fins práticos, visando à solução responder a questões.

A pesquisa possibilita a narração dos elementos da análise idéias, o pesquisador participa da pesquisa, e do processo. Além de gerar questões para pesquisa, descreve os significados, descreve e aponta as descobertas, busca particularidades, e qualidades das informações e respostas para as perguntas. Quanto aos objetivos ela é explicativa tem por objetivo ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar hipóteses numa visão mais unitária do universo e gerar novas hipóteses por força de dedução lógica. Exige síntese e reflexão, visa identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Explica o “porque das coisas”.

A pesquisa tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito do seu conteúdo. Na pesquisa bibliográfica descritiva não há interferência do pesquisador, que apenas procura descobrir, a frequência com que o fenômeno acontece. Visa descrever determinadas características de populações. Basicamente consiste na coleta de dados através de um levantamento bibliográfico.

4.2 Ambiente da Pesquisa

A pesquisa será realizada com a população em geral, que participa das reuniões do legislativo municipal, na câmara no período da manhã de sábado, no mês de agosto de 2014. Localizada á rua: Endereço: Rua Antônio Brasilino, Centro – PIANCÓ-PB.

4.3 Coleta e Análises de Dados

O levantamento dos dados aconteceu com pesquisa bibliográfica, através de materiais já publicados, com questões relacionadas à administração pública, atuação do legislativo municipal, quais são os desafios e enfrentamentos, vividos na atualidade. Assim, percebe-se que a participação popular é tão importante para uma atuação mais eficiente.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material elaborado anteriormente como livros e artigos de periódicos. "Os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência" (GIL, 1991, p. 49). Já as publicações periódicas caracterizam-se principalmente pelos jornais e revistas. Ambos podem ser editados “em intervalos regulares ou irregulares, com a

colaboração de vários autores, tratando de assuntos diversos, embora relacionados a um objetivo mais ou menos definido" (GIL, 1991, p. 50).

Contudo, foram observados que o público alvo composto de: jovens, adultos e idosos. Entre eles estudantes, donas de casas, professoras, agricultores, autônomos, comerciantes, por meio do qual, e com a utilização de ferramentas de filtragens, as informações obtidas nos levantamentos bibliográficos que geraram dados, e foi analisada a luz da literatura da área.

Para melhor entendermos a importância desta pesquisa bibliográfica, aonde estes resultados apontaram dados coletados através de: Técnicas de coleta de dados, observação, ainda a pesquisa justifica-se que a pesquisa procurou dar ênfase aos desafios vividos no legislativo. Foram considerados importantes como ponto de partida para construção de resultados através dos dados levantados, que mostram como foram organizados dos dados bibliográficos, construídos em cima do que perceber através das problemáticas vividas na sociedade atual, conforme usamos os dados bibliográficos.

4.4 As Análises do Legislativo e suas Funções

O poder legislativo tem como pontos fortes: São as seguintes as funções primárias ao modelo conceptual de poder legislativo, mantendo em perspectiva a distinção feita anteriormente entre funções e disposições constitucionais:

A função Legislativa: a participação na criação das leis que regem uma sociedade é obviamente a função mais fundamental do poder legislativo. Contudo, a participação dos legislativos não ocorre apenas na elaboração efetiva das leis, quer por sua iniciativa nem sempre exclusiva empiricamente quer por sua redação e votação final, e sim como influenciadora da direção e das linhas gerais de definição de políticas públicas e decisões governamentais.

A função Fiscalizadora: O controle dos potenciais excessos do poder executivo é também uma função básica do poder legislativo, já previsto no sistema de pesos e contrapesos do regime democrático. A apreciação do orçamento e a competência de emendar este mesmo orçamento é um avanço nos sistemas políticos mais modernos, incrementando esta função fiscalizadora do legislativo. Este não é apenas um direito definido nos princípios legais, mas uma necessidade

real dos sistemas políticos. A questão é se o legislativo está ou não equipado para desempenhar esta função de supervisão e controle, partindo já das dificuldades inerentes ao acesso às informações do governo executivo. O acompanhamento da administração pública tem que ser atribuição indelegável do poder legislativo.

A função mobilizadora de consenso popular: A atuação na mobilização do apoio popular para as políticas defendidas e levadas a cabo pelo Executivo impõem ao legislativo um papel fundamental para a governabilidade, a paz social, e a sobrevivência do sistema político. “A mobilização efetiva de consenso, através das instituições legislativas, deve ser executada através de uma complexa infra-estrutura de apoio político que se baseia, em última análise, na capacidade do legislativo de exercer influência sobre o processo da elaboração de leis. O efeito fundamental que os legislativos têm sobre a política pública transforma as eleições em sistemas enérgicos que possibilitam a mobilização de consenso através da articulação de interesses no contexto de um sistema político mais aberto.”

A função Informativa: O legislativo dá oportunidade de receber e divulgar fatos referentes a todo o país, sobre todas as regiões e segmentos sociais. Havendo suporte técnico na área de comunicações, esta função torna-se extremamente valiosa, diminuindo a distância entre o centro do poder e os cidadãos.

A função Educadora: No mesmo sentido que a anterior, esta função é valorizada no momento em que as atividades do poder legislativo alcançam maior visibilidade, através do desenvolvimento de veículos de comunicação. Os debates e discursos instruem os cidadãos e a sociedade como um todo sobre as matérias em tramitação, ou sobre pontos polêmicos abrangendo outros Poderes e demais políticas públicas.

A função Eletiva: Nos países parlamentaristas, o legislativo escolhe o primeiro-ministro e em muitos casos, tem o poder de destituí-lo. No Brasil, como competência privativa do Senado, a função eletiva restringe-se às escolhas de embaixadores, diretores do Banco Central, e outros.

A função Representativa: A identidade básica do legislativo, a capacidade de representar toda a diversidade existente na sociedade e ponderar sobre os múltiplos interesses da variedade dos segmentos representados num governo pluralístico, antes da tomada de decisão coletiva e majoritária. Como tal, protege as minorias da opressão potencial da maioria e desempenha quando necessário a função de “freio”.

A função Obstrucionista: Em parte coincidente com a sua função representativa, e por ter características mais conservadoras do que os outros poderes, o legislativo exerce uma resistência saudável em parte por ser um colegiado e suas decisões coletivas serem mais lentas contra a iniciativa unilateral do executivo, muitas das vezes sem o apoio da grande parte da população.

As atividades legislativas plenárias transcrevem atas, apoio aos gabinetes dos vereadores, analisa os pareceres da comissão e elabora a pauta das reuniões, encaminha ofícios para os órgãos internos e externos como: prefeitura municipal, secretarias, poder judiciário e secretarias de governo estadual, tribunal de contas, entre outras, quando solicitada.

A função legislativa consiste em elaborar, apreciar, alterar ou revogar as leis de interesse para a vida do município. Essas leis podem ter origem na própria câmara ou resultar de projetos de iniciativa do prefeito, ou da própria sociedade, através da iniciativa popular. A função fiscalizadora está relacionada com o controle parlamentar, isto é, a atividade que o poder legislativo exerce para fiscalizar o executivo e a burocracia. O controle parlamentar diz respeito ao acompanhamento, por parte do legislativo, da implementação das decisões tomadas no âmbito do governo e da administração. Como funções atípicas, a câmara tem também competência administrativa e judiciária.

Na sua função administrativa, a câmara gerencia seu próprio orçamento, seu patrimônio e seu pessoal. A câmara também exerce uma função administrativa quando organiza seus serviços, como a composição da mesa diretora, a organização e o funcionamento das comissões, entre outros. A câmara exerce uma função judiciária, porque cabe a ela processar e Julgar o prefeito por crime de responsabilidade, além de julgar os próprios vereadores, inclusive o presidente da câmara, em caso de irregularidades, desvios éticos ou falta de decoro parlamentar.

Uma das tarefas que os vereadores podem desempenhar no uso da sua competência fiscalizadora diz respeito ao exame dos mecanismos de controle da gestão presentes ou não no município. Trata-se de verificar se os mecanismos de controle dos recursos públicos utilizados pela Prefeitura de fato existem e se funcionam adequadamente.

Nesse sentido, entre outras coisas, a câmara de vereadores pode fiscalizar os seguintes: A existência de mecanismos de controle interno na prefeitura e se o seu desempenho é satisfatório, isto é, se asseguram a observância às normas, leis,

diretrizes, planos, regulamentos e procedimentos administrativos. A existência de uma unidade estruturada de controle interno na prefeitura que atue de forma independente e autônoma, com o objetivo de fortalecer a gestão, avaliando, no mínimo, os seguintes aspectos com o cumprimento das seguintes metas previstas:

- A execução das ações de governo municipal;
- A execução de orçamento;
- A gestão dos administradores públicos;
- As operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da prefeitura e as renúncias de receitas porventura efetivadas;

Entretanto, os pontos fracos são quando o legislativo não atua corretamente, decepcionando a população que espera que cumpra suas funções, para tanto, uma administração só se pode ser considerada boa quando, o legislativo atua para o bem da população de modo em geral.

Desta maneira é interessante pensar em outros pontos fracos no que diz respeito ao contexto geral da gestão no legislativo: Pouco tempo para concluir os projetos; Cargos de nomeação, que são cargos políticos; Exoneração de servidores nomeados; Dificuldades em relação ao executivo; Dificuldades em relação a averiguar dados de exercícios mais antigos; União com todos os vereadores; aproximação da população juntos as atividades do legislativo; Demora ou desinteresse por parte de alguns vereadores; Desconhecimento da política tributária pela população local; Necessidades de conhecer as leis, que regem a administração. Falta de entendimento intero, funcionários sem qualificação para atendimento.

Alguns pontos fortes neste contexto: Apurar a procedência das reclamações e denúncias, receber criticas, e sugestões do povo de modo geral, promover ações, maior contato com a população local, reivindicar soluções para os problemas apresentados, junto aos órgãos municipais competentes, união com todos os vereadores, aproximação da população, e abertura das atividades do legislativo para a população participar.

5.0S RESULTADOS

A gestão pública da atualidade mostra uma sociedade como um todo, e como e como os nossos representantes atuam principalmente no âmbito do poder legislativo, trabalhando se planejando e executando os princípios éticos legais, em vigor, nas quais todos os profissionais envolvidos somaram suas potencialidades explorando a criatividade, criticidade e dinamismo, para inovar na prática de trazer meios que desperte na população um interesse em participar cada vez mais, para fiscalizar e cobrar dos nossos representantes mais desde a elaboração das leis, até como ocorre todo este processo.

Conclui-se que, os desafios foram alcançados e superados e enfrentados com a eficácia das ações planejadas no âmbito da questão da política e dos gestores, que influenciam para a transformação social, estes resultados contribuiu para mais “conscientização e participação social” alguns foram alcançados de imediato, e em longo prazo, porque a conscientização popular é parte deste processo, e como um todo, com certeza acontecerá mais avanços no futuro relacionados a estas questões da participação social, as pessoas estão de fato mais participativas.

Diante do exposto, percebe-se que a sociedade atual busca se inserir num contexto mais participativo, onde os quais foram se mostraram satisfeitos, á medida em que participam discutem, esta busca faz parte do processo de crescimento. Com aspecto de procurarem informações, sempre que forem necessários e tiverem precisando, percebendo que ambos possuem o papel de cuidarem da coisa pública.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica objetivou mostrar os desafios do legislativo, e como acontece a sua rotina quanto ao planejamento, aos resultados no dia a dia. Ainda assim, apontar como aconteceu as estas etapas deste processo, dar ênfase aos objetivos gerais e específicos, que são tão importantes, nesta construção temática. Observa-se que: Foi apontada nesta pesquisa bibliográfica a introdução, justificativa, fundamentação no âmbito do legislativo municipal, refletindo as problemáticas e os desafios vividos na sociedade atual.

Contudo, foi considerado que a gestão pública, a sociedade e o poder legislativo, os objetivos planejados e executados foram atingidos dentro dos princípios éticos legais em vigor, nas quais todos os profissionais envolvidos somaram suas potencialidades, explorando criatividade, críticas e dinamismo para inovar na prática, de trazer meios que desperte na população, um interesse em participar cada vez mais, para fiscalizar de como ocorre todo este processo.

Conclui-se que: Os desafios foram alcançados superados e enfrentados com a eficácia das ações planejadas no âmbito das questões da nova gestão pública, e espera-se que política e os gestores, influenciem a transformação social, a equidade, os resultados foram alcançados de imediato, e em longo prazo, porque a conscientização é parte deste processo, como um todo e com certeza acontecerá mais avanços relacionados, a estas pessoas, na sociedade as quais foram trabalhadas e se mostraram satisfeitas e com aspecto de procurarem mais informações, sempre que forem necessários e tiverem precisando, percebendo que ambos possuem o papel de cuidarem da coisa pública.

A pesquisa trouxe uma nova realidade para os futuros profissionais e administradores do campo de trabalho, com ações de planejamento, as ações desenvolvidas para o cumprimento de carga horária na instituição, e prática interventiva, como sendo esta etapa, onde, como futura profissional estive aprendendo e desenvolvendo a teoria na prática, da minha profissão, portanto, a intervenção foi uma etapa muito satisfatória, conclui-se como uma etapa muito importante na formação acadêmica.

A presente pesquisa bibliográfica foi desenvolvida durante o curso de administração pública, no estágio supervisionado in loco, pois foram através dessas vivências, que se desenvolvem os profissionais na teoria e prática, o

aluno deve assumir o papel de interventor, demonstrando sua capacidade organizacional, apresentando soluções para os problemas e oportunidades nas organizações em que estão inseridos.

Por fim, a pesquisa bibliográfica trabalhou para responder aos questionamentos a respeito dos desafios e dos enfrentamentos encontrados no legislativo, em relação à ética e a transparência, em relação à participação do povo, no contexto social atual, da administração pública, no âmbito do legislativo, além de que a pesquisa destacou, no primeiro capítulo o conceito da gestão pública, que caracteriza o legislativo e suas atividades trabalhadas, ainda abordou as descrições das atividades desenvolvidas, sendo necessário destacar o terceiro capítulo destaca a participação popular, o que trouxe uma fundamentação teórica muito importante, com autores renomados, por achar um tema atual, interessante para ser tratado.

Outro ponto importante, a ser destacado, foram os procedimentos metodológicos desenvolvidos nesta pesquisa bibliográfica, acerca da população que participa das assembleias do legislativo, formadas por jovens, estudantes, donas de casas, professores, e população em geral, ficando claro que: A participação popular é importante para sociedade. Ainda sobre a questão da transparência, e da ética conclui-se que: A importância dessas questões. Em síntese, foram discutidos os dados coletados e as suas funções, com levantamentos bibliográficos que apontou as seguintes limitações: Poucas referências a cerca do tema. Às discussões trouxeram pontos importantes, como mais informação a população no âmbito do legislativo e na sociedade atual, relacionados à conscientização popular.

Observa-se que: As propostas de sugestões e melhorias foram baseadas em análises da câmara municipal PIANCÓ-PB, no que se refere aos problemas e desafios enfrentados percebe-se as seguintes propostas de melhorias para pesquisas futuras: Fica claro que: O legislativo ainda precisa se estruturar mais no setor de recursos humanos com foco em agregar, aplicar, recompensar, desenvolver e manter pessoas; Implantar as ferramentas de gestão junto aos processos de recrutamento e seleção. Criar e formalizar o banco de currículos para melhor favorecer a população local. Desenhar os cargos e criar a política de carreiras. Aplicar a avaliação de desempenho entre os setores e as áreas; Elaborar e ajustar a

política de remuneração e criar a política de benefícios e serviços; Promover programas de treinamentos de desenvolvimento continuado.

Diante do exposto, percebe-se que a função legislativa consiste em elaborar, apreciar, alterar ou revogar as leis de interesse para a vida do município. Essas leis podem ter origem na própria câmara ou resultar de projetos de iniciativa do prefeito, ou da própria sociedade, através da iniciativa popular. É, portanto, uma função fiscalizadora está relacionada com o controle parlamentar, isto é, a atividade que o poder legislativo exerce para fiscalizar o executivo e a burocracia. O controle parlamentar diz respeito ao acompanhamento, por parte do legislativo, da implementação das decisões tomadas no âmbito do governo e da administração. Como funções atípicas, a câmara tem também competência administrativa e judiciária.

Assim, esta pesquisa mostrou a sua função administrativa, gerencia seu próprio orçamento, seu patrimônio e seu pessoal. A câmara também exerce uma função administrativa quando organiza seus serviços, como a composição da mesa diretora, a organização e o funcionamento das comissões, entre outros. Cabendo destacar que: é de suma importância que se estabeleçam melhorias tanto nos processos, quanto na gestão de pessoas e treinamentos, corretor para toda equipe com foco em resultados.

Ficou claro que: O legislativo municipal precisa realizar treinamentos para os funcionários operacionais para cada área e comportamental para toda equipe, promover encontros mais freqüentes com os funcionários, com reunião de alinhamento dos processos, visando acompanhar os processos de motivação interna no dia-a-dia, realizar avaliação periódica, atualização constante dos processos, realização de reuniões periódicas para alinhamento da motivação interna, sistematizar os veículos de motivação, higiene, qualidade de vida e segurança no trabalho, rever a política de motivação criar chamadas que mobilizem e incentivem os funcionários, desenvolvendo um planejamento de comunicação, informação, manutenção e atualização, redesenhar os processos de comunicação interna e externa. Reestruturar as necessidades do setor de ouvidoria. Formalizar os processos, informar e orientar toda equipe sobre a padronização da rotina administrativa. Cabendo destacar que: é de suma importância que se estabeleçam melhorias tanto nos processos, quanto na gestão de pessoas e treinamentos, corretor para toda equipe com foco em resultados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. *NBR 10520*: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Rio de Janeiro. *NBR 6023*: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Rio de Janeiro. *NBR 14724*: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2001.

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. Experiências internacionais voltadas para a satisfação dos usuários-cidadãos com os serviços públicos. Brasília: ENAP, 2001. Texto para discussão, 42.

BARZELAY, Michael. Gestão pública na prática. Entrevista. *sp.gov* (versão eletrônica), São Paulo, n. 6, set. 2005. Disponível em <<http://www.revista.fundap.SP.gov.br/revista6/paginas/6entrevista.htm>>. Acesso em: 14 mar 2011. Ferramentas de Gestão <http://www.gespublica.gov.br>.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 a. Ed. 8. Reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e Iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2000.

<http://www.gespublica.gov.br>.

<http://jus.com.br/artigos/19205/a-participacao-popular-na-gestao-publica-no-brasil#ixzz3BXrhghju>.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do Gespública*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUSITEC, 1996.

MOTTA-COTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

Programa da Qualidade no Serviço Público – PQSP: Orientações Gerais - Padrões de Qualidade do Atendimento ao Cidadão, Brasília, 2000. Instrumento para Avaliação da Gestão Pública - Ciclo 2008/2009. Documento de Referência do GESPÚBLICA. 2008/2009.

Prêmio Nacional de Gestão Pública – saiba mais sobre o Gespública e seus prêmios acessando: <<http://www.gespublica.gov.br/projetosacoes/pasta.2010-04266.8934490474>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. Pesquisa social:métodos e técnicas.3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Rodrigues, Maria Das Graças Vilela, Metodologia da pesquisa, Elaboração de projetos, Trabalhos Acadêmicos e Dissertações em Ciências Militares. 2. Edição, Rio de Janeiro; Esao, 2005. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/70332278/Apostila-de-Metodologia-Da-Pesquisa-Científica>. Acesso em 21 de Outubro 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

VERGARA Sylvania Constant. **PROJETOS E RELATÓRIOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Vídeos: Carta de Serviços ao Cidadão, Instrumento Padrão de Pesquisa e satisfação IPPS, e o Novo na Gestão Pública.